

“UM MUNDO DISTANTE PARA GENTE QUE MORA PERTO”: PARQUE PROLETÁRIO DA GÁVEA (ANOS 1940 E 1960)

Aluno: Eric Damião Duarte

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves

1.0 - Introdução

O Parque Proletário da Gávea foi um local de resistência, repleto de memórias que hoje são transformadas em histórias. O local em questão, vizinho da PUC-Rio durante parte de sua existência ficava a poucos metros da Universidade, onde é o estacionamento da PUC-Rio e hoje é o canteiro de obras da Linha 4 do Metrô.

Minha chegada ao Núcleo de Memória foi um alívio em um momento difícil. Lá eu pude trabalhar com pesquisas e ter acesso a um acervo fantástico. Sem dúvida essa oportunidade me ajudou muito na jornada acadêmica e a partir de uma catalogação do levantamento de documentos feitos pelo Núcleo sobre a Gávea comecei a pensar em um tema relacionado aos lugares de memória na evolução urbana da cidade.

A escolha de trabalhar o tema do parque proletário surgiu de uma reunião onde cada bolsista expunha suas ideias de projeto de Iniciação Científica. Minha proposta era trabalhar um tema considerado muito amplo para apresentar como meu trabalho de Iniciação Científica. Diante de tal situação, foi sugerido pela professora Margarida de Souza Neves e pelo pesquisador Clóvis Gorgônio que eu trabalhasse com o Parque Proletário da Gávea, por ser um local carregado de memórias e por ser um tema bem pessoal para mim, pois minha mãe e meus tios nasceram no Parque Proletário do Leblon.

Essa decisão gerou uma grande pesquisa por documentos e me levou numa odisseia ao Instituto Pereira Passos, atrás de uma monografia sobre o Parque. Diante de obstáculos colocados por funcionários do Instituto e de uma tarde toda de buscas, achei o trabalho procurado e assim então pude de fato continuar minha pesquisa.

O presente trabalho de pesquisa de Iniciação Científica foi realizado por mim, Eric Damião Duarte, graduando de Ciências Sociais na PUC-Rio e bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio. O Núcleo é vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VRAC) e é coordenado pela professora Margarida de Souza Neves e pela pesquisadora Silvia Ilg Byington. Também conta com os pesquisadores Clóvis Gorgônio, Eduardo Gonçalves e Weiler Alves Finamore Filho, o fotógrafo Antônio Albuquerque, e atualmente, com mais quatro bolsistas de Iniciação Científica, além de mim: Gabriella Juvenal Figueiredo, Julia de Paula França, Rodrigo Lauriano Soares e Amanda Guedes de Oliveira Santos.

Este relatório lista as atividades feitas por mim no período de junho de 2017 a junho de 2018, e desenvolve parte de uma monografia sobre o Parque Proletário da Gávea, dividindo-se em duas partes:

- Relatório Técnico: um resumo das atividades realizadas coletivamente e individualmente;
- Relatório Substantivo: o texto que consolida o meu trabalho individual de pesquisa.

2.0 - Relatório Técnico

2.1 - Atividades em equipe

No período compreendido por este relatório, o Núcleo de Memória realizou as seguintes atividades em equipe:

- Reuniões semanais com a participação de toda a equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas; tendo como principais metas elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências, discutir textos produzidos pela equipe;
- Publicação do acervo através do website do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Catalogação e sistematização do material documental através da digitalização e cadastro em metadados no banco de dados *online* do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Reunião com a equipe para a discussão do romance “A chave de casa”, livro da doutora em Letras pela PUC-Rio, Tatiana Salem Levy. A reunião contou a presença da professora do Departamento de Letras da PUC-Rio, Marília Rothier Cardoso, que foi orientadora da Tatiana. Cada membro da equipe compartilhou opiniões e questões sobre escrever ficção em uma pós-graduação;
- Entrevista em equipe com a ex-professora do Departamento de História da PUC-Rio, Berenice de Oliveira Cavalcante. A professora fez parte da Associação de Docentes da PUC-Rio. Na reunião, Berenice falou da sua vida profissional, da ADPUC e da Universidade e os membros da equipe puderam expressar suas reflexões e questionamentos;
- Realização de seminários teóricos internos com a participação dos componentes da equipe para a discussão sobre conceitos de Memória. Este ano, a equipe trabalhou com os seguintes textos:

01 - Seminário realizado pela professora Margarida de Souza Neves em setembro de 2017 sobre “Memória: Diálogos”. Esse seminário discutiu os diferentes conceitos de memória - a construção de memória; a relação entre memória e história; memória em um mundo globalizado; abusos da memória; e identidade, memória e projeto - segundo os seguintes autores: Jacques Le Goff, David Lowenthal, Gilberto Velho e Jeanne Marie Gagnebin. O diálogo entre os autores sobre o conceito de memória é importante para entendermos as noções fundamentais sobre o assunto;

02 - No dia 13/11/2017 realizamos um seminário teórico, apresentado pelo bolsista Rodrigo Lauriano Soares, sobre o texto “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura” do livro “A Interpretação das Culturas” do antropólogo Clifford Geertz. O intuito era discutir sobre a noção de descrição densa a fim de pensar em como pode ser utilizada nos trabalhos de Iniciação Científica, principalmente em como operar com ela nas análises dos documentos. Também foi debatida a influência da Antropologia nos estudos da História e as características da História Cultural;

03 - Em 19/02/2018 foi realizado um seminário pela professora Margarida de Souza Neves sobre o livro “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, da professora Ecléa Bosi. Os capítulos abordados foram “Tempo de lembrar” e “Dona Brites”. O objetivo do seminário era discutir o conceito de memória oral e de como essa poderia ser aplicada nos trabalhos de Iniciação Científica, através da análise de entrevistas feitas pelos bolsistas dentro dos temas trabalhados por cada um. Nesse sentido as lembranças moldam-se através da memória oral e essa, por sua vez, se mostra fundamental na construção da narrativa de um indivíduo ou lugar, afirmando a memória como função social;

04 - Seminário realizado em abril de 2018 sobre o documentário “Nostalgia da Luz”. Ele foi utilizado para analisarmos o conceito de memória presente nas cenas sobre o espaço. Aborda mulheres chilenas que perderam seus entes queridos, durante o período da ditadura militar no Chile, e buscam no deserto de Atacama partes de seus corpos; e um sobrevivente cego de uma prisão no mesmo deserto que lembra suas dimensões através dos passos. O seminário trouxe a ideia de que vivemos de memórias, além de auxiliar na compreensão de

que a memória se faz no tempo presente. *Nostalgia de la Luz*. Direção: Patricio Guzmán. Local: França/Alemanha/Chile. Atacama Productions, 2010. 90min, som, cor. Para complementar realizamos a leitura do artigo “Memória em três atos” da Eliane Dutra, que apresentou outros temas ligados à memória, prosseguindo a discussão do seminário sobre o documentário. DUTRA, Eliane de Freitas. Memória em três atos: deslocamentos interdisciplinares. Revista USP, n. 98, p. 69-86, jun/jun/ago 2013;

05 - Seminário realizado em junho de 2018 sobre o primeiro capítulo intitulado "Na caverna de Platão", do livro "Sobre fotografia", da escritora e filósofa Susan Sontag. O seminário foi apresentado pelo professor da disciplina Fotojornalismo, do Departamento de Comunicação Social, Weiler Finamore Filho. A partir da leitura, pode-se pensar sobre a função que as imagens ocupam na sociedade contemporânea, marcada por uma “cultura do excesso”. Com isso, foi discutido de que modo deveríamos encarar a atividade de fotografar, como também a forma com a qual poderíamos trabalhar com a fotografia em nossos textos.

2.2 – Atividades individuais

Durante o mesmo período em que se desenvolveram as atividades em equipe, realizei as seguintes tarefas individuais:

- Pesquisa sobre Antônio Dias Leite Júnior, do período em que o mesmo atuou junto com o Padre Ávila na revista síntese econômica, durante 1963 até 1967. A pesquisa foi realizada para responder à demanda de um pesquisador externo à PUC-Rio, que consultou o Núcleo de Memória;
- Cadastro de fotos de eventos da PUC-Rio no acervo do Núcleo de Memória. A seguir um exemplo de uma ficha de metadados de uma coleção de fotografias do evento “Conferência Algirdas Julien Greimas: Semiótica Linguística” cadastrada por mim:

Conferência Algirdas Julien Greimas: Semiótica Linguística

CÓDIGO:	ed0005
AUTORES/CRIDORES:	ALBUQUERQUE, Antônio
DESCRIÇÃO:	Conferência e mesa redonda com o especialista em semiótica linguística Algirdas Julien Greimas, da Ecole des Hautes Pratiques, Paris, realizado pelo Departamento de Artes e Letras. Greimas era especialista em Semântica Estrutural. Realizou conferências sobre Problemas atuais da Semântica e Descrição e Narração, baseando-se em um conto de Guy de Maupassant, "La Ficelle".
IDENTIFICADOR:	Algirdas Julien Greimas_semioticalinguistica
CONTRIBUIDORES:	s.c.
EDITOR/PUBLICADOR:	Núcleo de Memória
DATA DA CRIAÇÃO:	26-27/07/1973
DATA DE OBTENÇÃO DO DOCUMENTO:	segunda-feira, Janeiro 17, 2011
RELAÇÕES DO DOCUMENTO COM OUTROS:	s.r.
NÚMERO DE PÁGINAS/TAMANHO EM KB:	n.a.
FONTE:	Acervo Antônio Albuquerque

- Cadastro de fotos do acervo do Comunicar no website do Núcleo de Memória;
 - Catalogação dos documentos das pastas da Reitoria no acervo do Núcleo de Memória;
 - Seleção e digitalização de documentos gerais nas pastas da Reitoria;
 - Entrevista com o funcionário da PUC-Rio e ex-morador do Parque Proletário da Gávea, Antônio Carlos Anchieta Romão;
 - Entrevista com o ex-morador do Parque Proletário do Leblon, Antônio Carlos Duarte;
 - Visita ao Instituto Pereira Passos para pesquisar sobre o Parque Proletário da Gávea.
- As atividades coletivas e individuais e, sobretudo, a elaboração de uma pesquisa autoral sobre o Parque Proletário configuraram, de fato, um itinerário de iniciação científica, complementar às aulas e demais atividades acadêmicas.
- A seguir, segue o Relatório Substantivo produzido a partir da minha pesquisa.

3.0 - Relatório Substantivo

“UM MUNDO DISTANTE PARA GENTE QUE MORA PERTO”: PARQUE PROLETÁRIO DA GÁVEA (ANOS 1940 E 1960)

3.1 - Introdução

As formas de habitação popular no Rio de Janeiro sempre foram, e talvez sempre sejam, as mais diversas, todas tendo uma importância específica na história e no desenvolvimento da cidade. No presente trabalho tento mostrar como era, em parte, a vida nos Parques Proletários da Gávea e do Leblon, tendo como objeto central de estudo o localizado na Gávea, que durante as décadas de 1940, 1950, 1960 e parte de 1970 abrigou inúmeras famílias, exclusivamente pobres, pelo menos no princípio, removidas de diversas favelas, principalmente da Zona Sul.

A decisão de trabalhar com esse assunto é, além de um interesse pelas formas de urbanização, vivência e memória da cidade, o fato dele ser muito próximo a mim. Minha família, moradora da Cidade de Deus, local onde resido desde que nasci, veio removida de um dos Parques Proletários, o do Leblon, situado ao lado da extinta Praia do Pinto. Tratar desse assunto é evocar as lembranças das histórias que minha mãe e minha avó me contavam e também dar voz as memórias de antigos moradores dos Parques.

Quando pequeno eu me interessava muito pelas histórias que minha avó me contava sobre o Parque Proletário do Leblon, mas jamais imaginaria que um dia trabalharia com o tema dos parques proletários. Minha mãe era uma pessoa mais fechada e, mesmo me contando inúmeras memórias do local, nunca fomos íntimos de fato. A ideia de começar a trabalhar o tema é uma forma de romper com essa barreira existente entre nós.

A psicóloga e escritora Ecléa Bosi afirma que “a história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzam, prolongando o original, puxados por outros dedos” [1]. Para isso, minha proposta é fazer uso da memória oral através de relatos de ex-moradores dos parques proletários da Gávea e do Leblon, sendo um desses o meu tio.

Os parques proletários, como lugares de memória, segundo a noção do historiador Pierre Nora [2], são repletos de lembranças que hoje encontram-se nas histórias dos indivíduos que pertenceram ao local ou que tiveram alguma atuação. Para Nora, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento [...]”. Para operar esse conceito, realizei entrevistas com dois ex-moradores desses parques, Antônio Carlos Anchieta Romão, funcionário da PUC-Rio, e Antônio Carlos Duarte, meu tio.

O título do meu trabalho faz referência à matéria do Jornal Escola do dia 13/09/1966 intitulada “PUC é um mundo distante para gente que mora perto” [3]. A matéria trata de alguns assuntos pontuais sobre o Parque Proletário da Gávea com destaque para duas entrevistas com moradores. Ao serem questionados sobre a proximidade com a PUC-Rio, um deles diz que simplesmente não sabe o porquê, mas que não quer ir para a faculdade. Outra moradora diz que sua filha não vai ingressar na universidade porque é difícil e trabalhoso. As respostas desses moradores dialogam e reforçam o título da matéria. Ingressar na PUC-Rio era um sonho distante para moradores que viviam ao lado da Universidade.

Antônio Carlos Anchieta Romão é ex-morador do Parque Proletário da Gávea e funcionário da PUC-Rio. Ele nasceu em 1950, na Barra da Tijuca, no local onde hoje é conhecido como Barrinha. Alguns anos depois, juntamente com sua mãe e seus irmãos se mudou para o Horto, porém, pelo apartamento lá ser muito pequeno, a mãe preferiu se mudar e conseguiu uma casa no Parque Proletário da Gávea. Antônio Romão relembra que ao irem para o Parque “[o] chamavam de provisório, depois o pessoal ia passar pro Minhocão, só que nada foi provisório e ficamos até o fim” [4].

Antônio Carlos Duarte é ex-morador do Parque Proletário do Leblon. Nascido em 1955, sendo segundo filho dentre quatro. Ele afirma que já nasceu no Parque em questão, dentro de

casa, inclusive. “Eu já nasci dentro de casa. Quem fez meu parto foi parteira, se não me engano o nome dela era Dona Leocádia” [5].

Essas entrevistas serão trabalhadas juntamente com a bibliografia mobilizada, tendo como proposta operar através de uma descrição densa, segundo o conceito do antropólogo Clifford Geertz [6]. Aprofundando-me mais na pesquisa sobre o tema, pude notar que há uma quantidade significativa de trabalhos que tratam do Parque Proletário da Gávea. No entanto, muitos desses trabalhos não estão acessíveis, o que é uma pena, pois as publicações mais antigas se perdem no tempo e são encontradas apenas nas referências das obras disponíveis. Além disso, poucos desses apresentam relatos e mal se fala de como era viver no Parque, sendo a maioria desses trabalhos sobre o espaço físico do local, processos de favelização e remoção.

O objetivo deste artigo é colocar em evidência a experiência de fazer parte desses parques e mostrar como era o modelo de vida dos moradores desse espaço, um local carregado de esperança e histórias de vida.

3.2- Prelúdio Urbano – Quando, por que e o quê?

Com a construção dos cortiços e das habitações coletivas, destinadas à população pobre do Rio de Janeiro, durante o século XIX, a moradia popular tornou-se uma pauta muito constante no debate da então Capital Federal. Através da visão dos sanitaristas, a moradia popular na cidade era relacionada a questões de falta de higiene e insalubridade, sendo assim encarada como um problema público. Esses sanitaristas apontavam esse tipo de moradia como principal provocador da desordem no espaço urbano, motivo determinante pelo qual deveria ser eliminado [7]. Fora do que era considerada a normalidade da época, os locais em questão eram vistos como o *locus* da marginalidade, da desordem e da pobreza.

Inspirado no urbanista francês Georges-Eugène Haussmann, autor da reforma urbana de Paris (1852-1870), o prefeito Pereira Passos (1902-1906) é autor de uma das mais importantes reformas urbanas cariocas, que visava à limpeza, o embelezamento e a modernização da cidade. Em virtude disso, muitas moradias populares foram removidas, para dar lugar às grandes avenidas, como a Avenida Central, hoje Rio Branco e à Avenida Beira-Mar [8]. Nesse momento, com a ausência de um projeto de moradia para os habitantes das casas removidas, os mesmos não tiveram outra alternativa a não ser ocupar as encostas dos morros [9], o que fez com que, nos primeiros anos do século XX, as favelas fossem crescendo em grande escala, de forma desordenada por grande parte da cidade. Com essa expansão, a favela passou a ser a forma de moradia mais visada e criticada, de modo que, além dos sanitaristas, a imprensa da época ajudava a cristalizar uma visão extremamente preconceituosa desses locais, difundindo matérias tendenciosas, como a publicada pelo Jornal Correio da Manhã, no dia 05 de julho de 1909, referindo-se ao Morro da Favela:

A Favella é o grande mercado da prostituição barata, é o ponto de rendez-vous da soldadesca, é a aldeia do mal, emfim, e por isso, por lhe parecer que essa gente não tem deveres nem direitos em face da lei, a policia não cogita de vigilancia sobre ella. [10]

A definição da favela como uma “aldeia do mal”, sintetiza a compreensão do jornal sobre esse espaço e seus moradores: ele não pertence à cidade, na visão do autor da matéria publicada, posto que é “uma aldeia”, povoada por “uma gente [que] não tem direitos nem deveres” excluídos da lei, da ordem e da cidadania, “grande mercado da prostituição barata”, que se oferecia à “soldadesca” recrutada entre os mais pobres pelo exército como recurso de ordenação.

Vista como “aldeia do mal”, as favelas, seus moradores e suas práticas culturais são ignoradas pelas políticas públicas ou são objetos de perseguição e pressão da polícia.

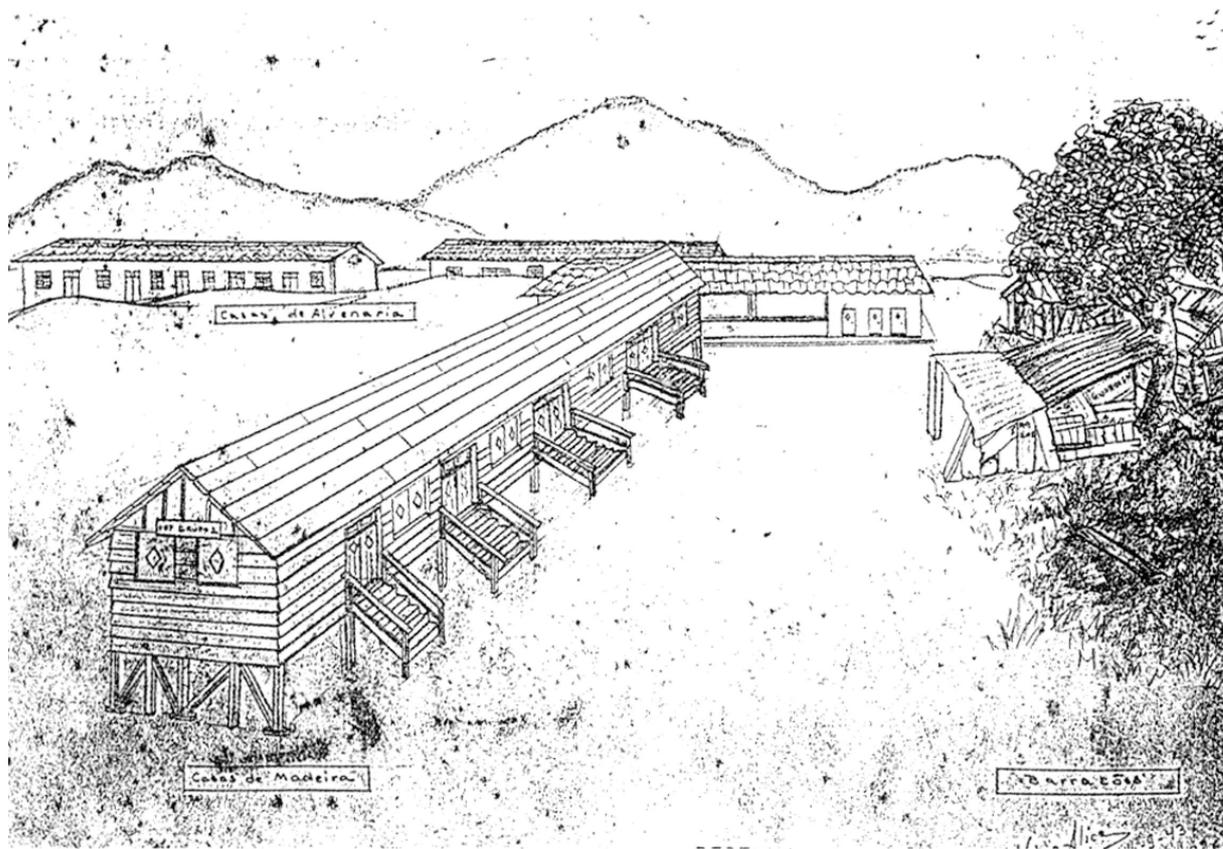
Apesar da visão alarmante sobre as favelas nas primeiras décadas do século, é só a partir de 1930 que o local em pauta é tratado com mais ênfase, mais precisamente com a criação do Código de Obras de 1937, no qual é mencionada pela primeira vez de forma oficial sua situação marginal. As favelas começam a ser encaradas como um problema urbano [11]. Torna-se proibido “(...) levantar ou construir novos casebres e executar qualquer outra intenção de urbanização e/ou construção de novas casas para a população de baixa renda” [12]. Nesse período, o regime político é ditado de acordo com o Estado Novo, idealizado pela lógica getulista de tutela e controle das classes pobres e proletárias [13].

Em 1940, Vargas dera sua aprovação para que fossem feitos estudos pela Prefeitura do Distrito Federal, a fim de resolver o problema das favelas. Com esses estudos, através de um censo, foi possível conhecer alguns detalhes sobre a vida dos favelados e com base nesses dados foram planejados os parques proletários [14].

Como resposta à necessidade de moradia das classes mais pobres e, principalmente, com parte do processo de erradicação de algumas favelas da Zona Sul, foi criado, como solução, o Parque Proletário número 1, que ficava situado na Gávea, “no local onde era a Favela do Capinzal, também conhecida como ‘O posto’ ou ainda ‘Vila Paix’” [15]. O intuito do Parque não foi receber moradores apenas da favela que dali foi removida, mas também de outras, removidas da Zona Sul. Esse foi o primeiro de três parques proletários que seriam posteriormente construídos, no Leblon e no Caju.

3.3 - O Parque Proletário da Gávea e a ordem do Estado

Em maio de 1942, fora inaugurado, pelo então prefeito Henrique Dodsworth, o Parque Proletário da Gávea, situado na Rua Marquês de São Vicente, 147, composto inicialmente de 425 casas de madeira geminada e abrigando aproximadamente 2.500 pessoas [16].



Esboço do modelo do Parque Proletário da Gávea. c. 1942.

O Parque teve como um dos principais idealizadores o médico sanitário Dr. Vitor Tavares de Moura, diretor do Albergue da Boa Vontade. Inspirado no arquiteto francês, Alfred Agache, Moura retoma a ideia do plano desse arquiteto, no qual, segundo Edson Diniz, Agache propunha ao final de um de seus relatórios

[...] a remoção das favelas e a alocação de sua população em parques proletários, [conforme ele], esses parques deveriam ser locais nos quais a população pobre pudesse habitar em condições salubres, através de casas simples e funcionais e onde pudessem ser preparadas e conduzidas a uma vida “normal”. [17]

Os parques proletários foram pensados, portanto como espaços de higienização e normatização das chamadas classes perigosas. Casas idênticas, como as que podem ser vistas no esboço do modelo a ser implantado na Gávea e normas rígidas de moral e disciplina, como os moradores conheceriam na prática, escola e serviço de saúde, seriam os instrumentos para alcançar os objetivos do Estado. Aos “proletários” que seriam os moradores do “parque”, restaria o enquadramento na nova ordem presidida pelo trabalho.

A ideia inicial era que o Parque Proletário da Gávea fosse um local provisório até que as casas definitivas ficassem prontas. O local de destino dos moradores seria o Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente, que hoje conhecemos como o Minhocão. De acordo com Antônio Carlos Romão, “a ideia era fazer a casa toda em alvenaria (...). Isso quando Getúlio veio aí mostrar (...). Depois quando ele foi embora não fizeram. Fizeram tudo de madeira” [18].

Apesar do nome lúdico - parque, que remetia a algo harmonioso, alegre e divertido e, proletário, vocábulo muitas vezes associado ao léxico comunista, que era agora incorporado por Vargas, grande inimigo desses - o local serviu como um laboratório para a ordenação dos

favelados e para que os governantes implantassem outros parques proletários. Com base no plano Agache, os favelados eram removidos para o parque proletário para que pudessem submeter-se a uma pedagogia tida como civilizatória, na qual, pudessem se integrar à ordem tida como natural daquela sociedade [19]. Através do programa de Serviço Social e segundo os valores da época, esses deveriam aprender a ser civilizados. Recebiam aulas de consciência cívica e moral e, através de um rígido controle, comandados por uma Administração Central [20], poderiam agora ser controlados pelo Estado e cristianizados pela Igreja, enfatizando a ideologia getulista de controle das massas.

O Parque Proletário da Gávea era considerado uma das principais soluções para o problema da favelização e a esperança para a urbanização da cidade. Para conseguir uma moradia no local, a família deveria se inscrever como possível candidata a uma casa, um processo complexo que envolvia certa burocracia e, no dia agendado, o agente social ia até o barracão da família para avisá-la, conforme assinala a matéria do jornal Diário da Noite [21]. Caso a família fosse escolhida e se enquadrasse nas exigências a mudança era feita e, no dia seguinte, o barracão era totalmente destruído e seu material inteiramente queimado, para evitar possíveis reutilizações. Essa medida, no entanto, foi efetiva somente nos primeiros anos do Parque.

Para que fosse possível o levantamento de todos os dados dos futuros moradores, era aplicado um questionário do Serviço Censitário da Prefeitura do Distrito Federal, no qual era necessário informar a localidade na qual o candidato residia. É interessante que no documento em questão já havia informações pré-determinadas. Na linha número 1, o morador deveria informar o bairro em que residia e em um dos campos já havia a informação “favela de”; da mesma forma, na linha dois, destinada ao nome do assinante, havia a informação “Proprietário do casebre”. Havia a necessidade de resposta a informações um tanto tendenciosas, tais como o valor do casebre, sua descrição; cobertura e piso, a ocupação do chefe da família e seu tipo de contrato de trabalho e o número de inválidos da família.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ESTUDO DO PROBLEMA DAS FAVELAS
SERVIÇO CENSITÁRIO

Q 1.

N.º DE ENTRADA _____

1 - Bairro _____ Favela de _____ Rua _____ N.º _____

2 - Proprietário do casebre _____ (nome) _____ N.º _____
 Rua _____ (nome) _____ N.º _____

3 - Procurador _____ (nome) _____ N.º _____
 Residência do procurador. Rua _____ (nome) _____ N.º _____

4 - Proprietário do terreno _____ (nome) _____ N.º _____
 Residência do proprietário do terreno. Rua _____ (nome) _____ N.º _____

5 - TIPO DE HABITAÇÃO

COBERTURA

Faixa	Zinco	Telh. Div.
Tert. Ctm.	Tij. Mod.	

 N.º DE CÔMODOS

Solos	Área ocup.
1	1
Quartos	1
1	

 6 - ALUGUER Do Casebre \$ _____
 Do Chão \$ _____

7 - Valor declarado do casebre \$ _____ 8 - Estado de conservação

Bom	Regular	Mau
-----	---------	-----

9 - Classificação

Residência	Comrc.	Escolar	Diversonal	Mixto
------------	--------	---------	------------	-------

 10 - Despejo

San.	Fps.	Fos. Col.	Log. Imp.
------	------	-----------	-----------

11 - Chefe de família _____ (nome) _____

12 - Naturalidade _____

13 - Ocupação

Efetivo	Contratado	Mensalista	Diarista	Empregado
---------	------------	------------	----------	-----------

14 - Local do trabalho _____ Firma _____ Rua _____ N.º _____

15 - Salário mensal \$ _____ 16 - Outras rendas \$ _____

17 - OUTRAS PESSOAS RESIDENTES NO CASEBRE QUE TENHAM RENDA

NOME	Rel. c/ o chefe	Ocupação	Loc. de Trab.	Salário mensal
				\$ _____
				\$ _____
				\$ _____
				\$ _____

Estas pessoas ajudam o custeio da casa? _____ Como? _____

18 - N.º de habitantes

Menores de 0 a 2 anos		Menores de 2 a 7 anos		Men. de 7 a 15 anos		Maiores de 15 anos	
M	F	M	F	M	F	M	F

19 - Instrução

Analf.	Prim.	Prof.	Sec.	Sup.
--------	-------	-------	------	------

 20 - Crianças em idade escolar

Freq. Esc.	Não Freq.
------------	-----------

21 - Frequentam

escolas	profissionais
---------	---------------

22 - Desocupados

Ind.	Com.	Transp.	Domest.	Adm. parl.	Pesc.	Não def.	Outras espec.
------	------	---------	---------	------------	-------	----------	---------------

23 - Inválidos

Cegueiro	Alcojados	Senis	Outras causas

24 - OBSERVAÇÕES: _____

Rio, em _____ de _____ de 1941

Assinatura do recenseador

Em relação aos moradores do Parque da Gávea havia um recorte interessante, no qual a preferência era dada às famílias com mais membros e que possuíssem o “chefe da casa” com bons antecedentes, comprovados pela polícia [22]. Esse ainda teria que estar empregado, para prover o sustento de sua família.

Essa era uma questão bastante delicada e contraditória, pois os indivíduos que não se encaixavam no perfil solicitado eram condicionados a uma cidadania precária. Os que não possuíam bons antecedentes e não tinham um emprego fixo não tinham direito a uma moradia no Parque e, portanto, a seus olhos e aos olhos da sociedade, a uma melhoria de condição de vida. Havia uma estratificação em relação aos pobres e alguns eram descartados como possíveis moradores do Parque, portanto, assim como acontecera no início do século, quando não houve soluções de moradia para os moradores removidos durante a Reforma Pereira Passos, só restava para os excluídos da seleção para um Parque Proletário procurar novas formas de habitação irregular.

Os moradores selecionados eram registrados no posto da polícia local e deveriam trabalhar próximos ao Parque, na Zona Sul. A esses era cobrado um aluguel de cerca de 13% do salário mínimo da época [23], com o qual a Administração Central realizava alguns serviços de limpeza das ruas, conservação das casas e das instalações sanitárias comuns e, segundo os documentos oficiais, possibilitava uma ajuda para os moradores mais pobres [24].



Distribuição de brinquedo às crianças por Cecy Dodsworth, mulher do prefeito do Distrito Federal no Parque Proletário da Gávea. 20/12/1942. Fotografia desconhecida. Acervo Arquivo Nacional/Agência Nacional.

Na foto em questão observa-se os rostos de insatisfação, tristeza ou seriedade das moradoras em relação à senhora sorridente que está fazendo as doações, a mulher do prefeito. A

expressão no rosto da moradora que recebe as doações reflete a precariedade da vida no Parque Proletário da Gávea e ao, mesmo tempo, encerra um certo ar de desafio ao encarar o fotógrafo e, portanto, a nós que hoje olhamos com olhos críticos à foto. As três mulheres na fila de doações, os dois homens que as seguem e as crianças pequenas que levam nos braços ou que os acompanham estão, provavelmente, vestidos com suas melhores roupas, e penteadas com esmero, mas o contraste é evidente com a expressão condescendente, a roupa, os brincos, a pulseira, os anéis e o penteado elaborado da mulher do prefeito e os cabelos frisados da jovem fardada de bandeirante que ajuda a distribuir as sacolas de brinquedos. Não seria necessária a separação física cuidadosamente construída entre doadores, situados dentro de uma construção em madeira, e os que recebem as doações, que fazem fila do lado de fora. As marcas visíveis do lugar social de cada grupo os distinguiria com clareza.

Ao longo dos primeiros anos, o parque, até então declarado como provisório, teve uma grande quantidade de investimentos que não havia nas favelas, tais como serviços médicos, escolas e distribuição de alimentos para as famílias mais pobres [25]. Na época era interessante para um projeto como esse qualificar e cuidar da integridade física e moral dos moradores, afinal o Parque Proletário da Gávea era considerado o modelo a ser seguido por futuras iniciativas destinadas a solucionar o problema da moradia dos pobres na cidade. O autor Ney dos Santos Oliveira afirma que:

Na constituição do Parque Proletário nº1, através dos Centros de Assistência Social, foram implantados os seguintes serviços: Assistência pré-natal, trabalho de puericultura, berçário, creche, recreio infantil ou pré-escolar, solário, alfabetização, oficinas, hortas, cultura física, merenda escolar, escotismo, bandeirantes, serviços médicos, biblioteca, além de uma Agência da Caixa Econômica [26].

A carga de responsabilidade depositada no projeto era grande, pois para o governo, talvez essa fosse a via de resolução dos problemas de habitação popular para a época. Tudo o que faltava na favela haveria no Parque Proletário da Gávea. O local ofereceria todos os direitos básicos para a sobrevivência. Talvez a ideia por trás de tanto investimento fosse fazer com que esses indivíduos que habitavam o Parque se deslocassem o menos possível do local.

“O Parque da Gávea o modelo dá várias festas em 1942 e 1943, para manifestar sua gratidão às autoridades: missa do 24 de junho de 1942, concertos pelo Canto Orfeônico, semana da criança, em novembro de 1943, solenidades dos Reis Magos em janeiro de 1944” [27]. Com sentido de mostrar como o Parque era feito, eram constantes as visitas de Getúlio - que em 1943 ganhara uma casa no local - e de alguns ministros. Havia ordem no local e as notícias sobre o Parque eram das melhores, uma vez que nesse período o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo censurava notícias e publicava matérias positivas sobre o governo, como por exemplo, a primeira página do jornal *A Noite*, de 28 de Julho de 1942:

Hoje os moradores do Parque Proletário da Gávea, constituem uma grande família. E assim, vivendo num meio social de mais conforto e assistência médica e melhor alimentados, lembraram-se do presidente da República mandando resar (sic) missa em ação de graças pelo seu restabelecimento [28].



Getúlio Vargas e ministros recebidos por crianças durante visita ao Parque Proletário da Gávea. 17/07/1943. Fotógrafo desconhecido. Acervo Arquivo Nacional/Agência Nacional.

Apesar das ditas benfeitorias e das festas, a vida no Parque Proletário não era tão fácil e nem tanto harmoniosa como pareciam acreditar os jornais da época. A própria foto em questão mostra o contraste entre os visitantes bem vestidos e as crianças anfitriãs, vestidas de pequenas enfermeiras de uniformes branquíssimos e quase todas elas calçadas para a ocasião, podendo-se destacar uma única menina dentre as demais, que estava descalça na recepção ao então Presidente, que caminha com ar bonachão, mãos nos bolsos e sorridente, enquanto as crianças, ordenadamente, formam filas com a mão direita no ombro da companheira da frente. Como não deviam ter a menor ideia de quem seria o presidente Getúlio Vargas, a maioria delas olha para o homem mais alto da comitiva que, na lógica infantil, deveria ser o chefe.

Os moradores dos parques proletários viviam sob regras invasivas e algumas rigorosas, tais como, “pagar adiantadamente até o dia 5 de cada mês o aluguel mensal [...]” e “autorizar se necessário, na casa em que trabalha o desconto em folha de seus salários [...]” [29]. O não cumprimento das regras poderia ocasionar expulsão do local. Conforme destaca Ney dos Santos, os moradores eram condicionados a um toque de recolher, pelo qual, após às 22:00 horas era proibido o ingresso no Parque pelo único portão de acesso ao local [30]. Parecia que a autoridade da administração sobre os moradores era total. Todos os moradores tinham carteiras de identificação, que apresentavam à noite nos portões [...] [31]. Essas regras impostas redundavam em um aspecto ordenado, o que era algo bom para os que viam de fora e ainda mais para os vizinhos que residiam no bairro da Gávea e arredores que, em sua maioria, pertenciam ao que era considerada a burguesia na época.

Dezenove eram as regras a serem seguidas no Parque. As regras eram expostas através de um termo e os moradores assumiam o compromisso de segui-las ao preencher os dados solicitados e assinar como mostra o documento abaixo:

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA – SERVIÇO SOCIAL
PARQUE PROLETÁRIO PROVISÓRIO Nº

..... que ocupa a casa nº do grupo nº
deste Parque, se compromete a:

- 1º. Pagar adiantadamente até o dia 5 de cada mês o aluguel mensal de Cr e mais o que lhe couber no consumo de luz e rádio.
- 2º. Autorizar se necessário, na casa em que trabalha o desconto em folha de seus salários de importância acima.
- 3º. Zelar pela casa, trazendo-a sempre em perfeitas condições de asseio, lavando o soalho pelo menos uma vez por semana.
- 4º. Comunicar imediatamente quaisquer afrouxamento ou despregamento de tábuas, goteiras e outros defeitos, ajudando no concerto.
- 5º. Juntar o lixo em recipiente que colocará nos lixeiros em hora e local certos, bem como despejar os urinóis nas latrinas, transportando-os em caixas apropriadas desde que o façam entre 8 e 19 horas.
- 6º. Não pregar nem consentir pregar nas paredes por meio de grude, goma ou quaisquer outros ingredientes, papeis, retratos, cartazes, figuras, folhinhas, etc...
- 7º. Não usar ferro elétrico nem luz que não seja elétrica mudando as lâmpadas queimadas por conta própria, não podendo alterar os watts das lâmpadas, bem como só cozinhar com carvão.
- 8º. Não cuspir nem consentir cuspir no soalho ou nas paredes, mantendo escarradeiras em boas condições, com areia sempre renovada.
- 9º. Trazer sempre aseados os terrenos em torno e, debaixo da casa, não permitindo nele juntar lixo nem formação de lama.
- 10º. Manter relações cordiais com os de casa e com os vizinhos, não dando motivos para discussões e desavenças, evitando enfim pretextos para a quebra de cordialidade e respeito que deve existir entre pessoas educadas, seja quanto a família, seja quanto a vizinhos, bem como respeitar a lei do silêncio.
- 11º. Fazer com que seus filhos, enteados ou menores sob sua guarda, frequentem a escola, oficinas, esportes, educação física, e demais serviços pertencentes ao Parque, oferecendo prova de frequência caso tais menores as aulas estranhas ao Parque.
- 12º. Legalizar em tempo que combinará e ajudado pela administração a sua situação conjugal perante as leis do país e religião professada, bem como se ajustar perante as leis militares e trabalhistas.
- 13º. Comparecer e fazer com que os de sua família compareçam quando chamados para as comemorações das datas da Pátria, da tradição cristã e para festas do Parque.
- 14º. Submeter-se a todas as exigências da Saúde Pública e da administração do Parque no que diz respeito a profilaxia e defesa contra as doenças.
- 15º. Não permitir a entrada ou uso em sua casa das chamadas bebidas brancas nem se embriagar.
- 16º. Procurar por todos os meios um trabalho que garanta a subsistência decente de sua família.
- 17º. Não permitir residir na casa em que mora, pessoas estranhas ou de sua família que não estejam recenseadas pelo Serviço do Censo, ao ser entregue a casa.
- 18º. Pertencer a cooperativa de consumo que se venha a organizar entre os moradores do Parque e vizinhos, cumprindo rigorosamente seus estatutos e trabalhando pelo seu progresso.
- 19º. Considero que a violação por minha parte de quaisquer dos compromissos acima, como justa causa de despejo imediato, a que me submeterei se for exigido pela administração.

Assinatura

As regras deixam implícitas noções de ordem e de abuso por parte do Estado. A partir da análise de algumas delas, podemos observar como o documento ressalta o cerceamento implantado sobre esses moradores, a fim de regulá-los, reforçando a lógica de controle das massas.

A regra número 3 deixa claro que a expressão asseio aparece como elemento de comprovação de ordem. Antônio Romão diz que havia uma senhora chamada Dona Dagmar que passava todos os dias para saber se os moradores tinham limpado a frente das casas [32]. Essa medida adotada pela administração central mostra como os moradores viviam sob medidas arbitrárias.

A regra número 5 comprova a situação precária no Parque Proletário da Gávea, uma vez que as casas não dispunham de sanitários, e os dejetos só poderiam ser transportados em horário pré-determinado pela administração do Parque Proletário da Gávea, já que no local existia apenas um banheiro coletivo. Segundo Antônio Romão “às vezes muita gente [defecava] na latinha mesmo, pra depois jogar no rio. Lá na frente, na saída de onde é o Bandeirão hoje”. Ele relata que a precariedade era grande pois,

[...] não tinha banheiro. Era um banheiro coletivo. Depois de um tempo nós fizemos um banheiro pra jogar pra dentro do rio. Muita gente começou a construir. Tinha o muro do rio, e o pessoal construiu um pedaço e um pedaço pra dentro do rio. O pessoal fazia as necessidades e já caía dentro do rio [33].

A regra 6 deixa implícita a ideia de que, apesar de habitarem na casa, essa não pertencia aos seus moradores, sendo assim proibida qualquer maneira de prender objetos pessoais na parede. A enumeração de papéis, retratos, figuras, folhinhas remete e revela os elementos utilizados pelos pobres para personalizar e decorar suas casas, não muito diversos, por certo, daqueles que hoje decoram e individualizam barracos e moradias precárias. Ao que parece havia a necessidade dos moradores serem lembrados a todo o tempo que as casas habitadas não pertenciam a eles, o que reforçava a noção de moradia provisória.

A regra número 12, além de afirmar a necessidade da legalização perante as leis militares e trabalhistas, reforça o dever da validação da situação conjugal perante as leis do país e a igreja. Em dados, isso teve um significado importante, já que de acordo com o relatório realizado pelo Serviço de Vilas e Parques do Departamento de Assistência Social da Prefeitura do Distrito Federal, o qual foi analisado por Ney dos Santos, o número de uniões legalizadas em 1952 era de 73,1% do total das uniões existentes, enquanto nos demais parques esse número girava em torno de 50% [34].



Casamento de bombeira do Corpo de Bombeiros Voluntárias da Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Parque Proletário da Gávea. 27/03/1943. Fotografia desconhecido. Acervo Arquivo Nacional/ Agência Nacional.

Através de uma descrição densa podemos notar que o casamento fotografado, ocorrido na capela do Parque Proletário da Gávea, é uma mimetização de casamentos de outros grupos sociais. Tanto a família da noiva quanto a do noivo estão bem vestidas, talvez com suas melhores roupas. Ambas as famílias são brancas, diferente das amigas da noiva, que majoritariamente são negras. O uniforme de bombeiras que elas usam é uma forma de expressar ascensão social, visto que a profissão trazia prestígio.

Além da regra número 12, as regras de número 13 e 14 também deixam clara a força do Estado e da Igreja no momento em questão. Uma dessas regras afirma que é obrigatório comparecer às chamadas para as comemorações de datas da Pátria e tradições cristãs, mesmo quando a regra 12 pareça admitir que nem todos professam religiões cristãs. Essas regras propostas pelo documento enfatizam o poder dessas duas instituições sobre a vida dos moradores. Já a regra número 15 proíbe a entrada de bebidas alcoólicas, chamadas bebidas brancas como a cachaça, que virá a ser chamada de branquinha nos meios populares, no Parque, a fim de garantir a sobriedade dos moradores.

Por fim, a regra 19 era a mais abusiva, pois afirma que o assinante estava de acordo que qualquer violação das regras acima suporia seu despejo imediato, pois mesmo que fosse contra a vontade do morador, ao assinar o termo ele estava concordando com qualquer escolha da Administração em relação a ele e sua família. A maioria dos moradores teria grandes dificuldades em ler o documento que assinava, uma vez que o fato de assinar o nome não era prova de letramento e a linguagem utilizada estava muito distante daquela utilizada pelo povo, o que dificultaria a compreensão do compromisso que assinavam. O documento em questão era

unilateral e os moradores ficavam à mercê das ordens da administração do Parque, representante junto a eles da Prefeitura do Distrito Federal e, portanto, do Estado.

Essas regras visavam o que seria o Parque ideal segundo a Administração Central. Algumas dessas imposições só funcionaram de fato nos três primeiros anos após a criação do projeto do Parque Proletário [35]. Pela proximidade com a PUC-Rio, depois que ela ocupa o *campus* da Gávea, a Igreja Católica continuou sendo uma forte influenciadora do Parque. Antônio Carlos Romão ao falar da influência da PUC-Rio no Parque aponta que

[...] quando era garoto [...] tinha uma capelinha aí dentro, né. Tinha o padre Barbosa, chamavam de ministro. E quem ia tinha direito a vir aqui na PUC comer um sanduíche e um Caçulinha. Aquele guaranazinho. [36]

Ainda, segundo ele, a missa era “pra chamar as crianças, né. Não tinha tanto esses negócios de religião, crente, essas coisas. Então era pra chamar pra igreja”.

Em 1945, coincidindo com a deposição de Vargas, surgiram alguns problemas de financiamento e o projeto acabou suspenso, continuando a existir, mas sem a força anterior. Foi nesse momento que as regras foram deixando de serem seguidas. Sem a presença e o investimento do Estado, o Parque começou a ficar numa situação de declínio. Os moradores começaram a se emancipar e a associarem-se para obter melhorias.

Com a redemocratização foram criadas várias Associações de Moradores fruto dos Parques Proletários enquanto experiência pioneira de uma nova relação entre o Estado e as camadas populares, bem como a deterioração das condições de vida que levaram a uma organização social destas populações. [37]

Com a queda de Vargas e a convocação de novas eleições, alguns moradores deixaram de responder passivamente, como faziam antes. De acordo com o Relatório Anual de 1945, do Departamento de Assistência Social e da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, esses moradores haviam participado ativamente da campanha eleitoral de 1945, engajados contra o candidato de Vargas. Filiados assumidos do Partido Comunista, conforme aferido por Ney dos Santos na página 6 desse mesmo relatório, esses moradores foram acusados de desorganizar e criar um ambiente impróprio à vida social no Parque, desrespeitando os vizinhos e prejudicando a Administração [38].

Diante dessa situação e com o envolvimento dos moradores do Parque nas novas eleições presidenciais, o tipo de relacionamento entre esses e a Administração Central, caracterizada até então por grande rigidez, mudou. Não havia mais espaço para a imposição de poder por parte da Administração sobre os moradores. Com isso, algumas dessas regras caíram e, “Já não se proíbe o ingresso de seus habitantes depois das 22 horas e, até mesmo, fisicamente, são introduzidos novos elementos à sua paisagem” [39]. A partir de então, o Parque Proletário da Gávea torna-se um espaço menos submisso, no sentido de serem inseridos novos moradores e, em 1948, serem construídas novas moradias.

3.4 – O Parque Proletário pós Estado Novo

Em 1948, sob o governo Dutra, foram construídas 13 casas de alvenaria com banheiros próprios e 2 novos blocos com 48 apartamentos em cada um [40]. Essas novas unidades eram uma grande novidade em relação às primeiras casas - de assoalho e paredes de madeira - e foram, em sua maioria, ocupadas por funcionários públicos. Diferentes dos primeiros moradores, tinham renda maior e mais estável e, em virtude disso, hábitos e atitudes diferentes dos demais. Essas mudanças representaram o surgimento de um novo segmento social no Parque, visto pelos moradores mais antigos como a elite local [41]. Antônio Romão lembra que:

[...] perto onde hoje ali, onde tá o Planetário, pra cá um pouquinho, tinha dois prédios de três andares (...). Quem morava lá chamavam de Raia Mirim. Morava tipo uma elite do Parque. É diferente, né, você morar num prédio e morar em barraco. Mas os barracos aí, não eram cada um, né. Eram grupos [geminados].
[42]

É válido destacar que, apesar de fazerem parte de um mesmo projeto, os parques proletários tinham uma arquitetura bem diferente. Enquanto Antônio Romão conta que só havia um banheiro comunitário no Parque Proletário da Gávea e os moradores construíram outros, precários, com o tempo, Antônio Duarte conta que no Parque Proletário do Leblon todas as casas tinham banheiro. Os moradores desse outro Parque se reuniram para fazer a rede de esgoto e distribuição de água, pois no início pegavam água em uma bica. Ele recorda que “pelo menos quando eu era pequenininho já tinha chuveiro [...] eu tinha uns 8 ou 9 anos” [43].

No Parque Proletário da Gávea, após o período do Estado Novo, com os problemas financeiros vigentes e o enfraquecimento do projeto, o controle exercido pela Administração Central ainda ocorre, porém sem muito rigor. Nesse período houve a intensificação do sistema pistolão dentro do Parque, o que fez com que o objetivo inicial de Vitor Moura, de readaptação social, juntamente com o trabalho do Departamento de Serviço Social, fosse deixado de lado [44]. Já não era mais necessária a inscrição e nem toda a burocracia inicial de averiguação de antecedentes para concorrer a uma casa no local. Era necessário apenas conhecer alguém influente para conseguir uma moradia no Parque. Esse sistema funcionava como uma política de favor ou ainda, uma afirmação de dependência, pois os beneficiados provavelmente entrariam em dívida de alguma forma.

Como era de se esperar, essas transformações geraram revolta e descontentamento entre os moradores mais antigos, o que foi motivo de preocupação para os assistentes sociais que atuavam no Parque. Em relato, um deles expõe; “devemos registrar que tal medida além de injusta foi prejudicial às atividades quer administrativas, quer de Serviço Social, uma vez que provocou grande revolta nos moradores do Parque Proletário Provisório nº 1” [45].

As eleições de 1950 não influenciaram a reestruturação do Parque. Apesar de a disputa ter sido vencida por Vargas, não houve a retomada das relações antes existentes, no início do projeto, pois o contexto geral do país era outro [46]. Vargas agora já não visitava o local e toda a esperança depositada nos Parques como resolução dos problemas urbanos já havia caído por terra. O Parque continuava sem reservas de esperança que não fossem a esperança teimosa dos moradores.

Mesmo com as condições do Parque na época, em 1952 os moradores ainda pagavam taxa de luz e aluguel, porém, esse era bastante baixo quando comparado com a renda média local. O aluguel não sofreu ajuste ao longo dos anos. A renda média era em torno de Cr\$1.500,00 e os alugueis variavam de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 200,00 [47]. No entanto, em 1953 foram suspensos os pagamentos dos alugueis no Parque e isso fez com que a população ficasse apreensiva. O corte dos alugueis foi tomado como sintoma de uma ameaça que pairava sobre o Parque e seus moradores: o de extinção dessas moradias e remoção dos moradores. Agora o Parque estaria ameaçado, já que o aluguel simbólico cobrado deixaria de ser pago [48].

Mesmo com algumas divergências entre a Administração e os moradores, o projeto dos parques proletários continuou caminhado a passos curtos sem muita movimentação. No período dos anos 1960 os moradores já intervinham no local e construíam sem o consentimento da Administração Central. Ney dos Santos aponta que nesse período

[...] foi verificada a existência de 961 casas de madeiras, 3 casas de cômodo (anteriormente destinadas ao Serviço Médico), 48 apartamentos, 15 casas de

alvenaria e 9 barracos, o que já indicava um processo de favelização do Parque Proletário [da Gávea] [49].

Dentre essas casas, apenas 10,11% possuíam sanitário individualizado, que estavam em sua maioria nos apartamentos e casas de alvenaria, além das casas em que os próprios moradores haviam iniciado o trabalho de encanamento das redes de água.

Durante esse período se reforça a condição de favela apresentada pelo Parque Proletário da Gávea e começa uma intensificada ameaça de remoção, surgida a partir do governo Carlos Lacerda. Esse processo aconteceu de forma lenta. Inicialmente deixou de ser prestado qualquer suporte, assistência ou serviços oferecidos anteriormente no Parque [50], o que contribuiu para o processo de degradação do local. No Parque do Leblon, de acordo com Antônio Duarte, não houve um processo de favelização, apesar do Parque ficar entre a Ilha das Dragas e a Praia do Pinto. O mais próximo disso foi quando o muro que separava as comunidades caiu e assim o que antes era um local fechado tornou-se uma passagem entre as duas comunidades. Diante dessas situações apresentadas nos parques aqueles sintomas indicativos de sua extinção e da possibilidade de remoção eram cada vez mais palpáveis.

Mesmo diante de tal situação, Antônio Carlos Romão mostra que havia uma coesão forte, pois os moradores se reuniam por grupos de casas e faziam festas em datas comemorativas [51]. Assim como no Parque da Gávea, Antônio Duarte relembra com emoção que na vila de casas onde ele morava, no Parque do Leblon, os vizinhos pareciam uma grande família. O local foi denominado de Largo da Boa Vizinha e quando chegavam os períodos festivos como São João e Natal, os moradores da vila cercavam o local e faziam festas que duravam cerca de três dias [52].

Apesar da cordialidade existente nos parques, das formas de sociabilidade construídas e das práticas de solidariedade relatadas, a aparência, o projeto e a razão de ser dos parques proletários já não eram os mesmos, e nessa época quase nada lembrava seu aspecto inicial. “[...] a primeira remoção de seus moradores dá-se durante os anos de 1963 e 1965, quando foram removidos do Parque Proletário III [Caju] barracos, com aproximadamente 555 pessoas, para os Conjuntos Habitacionais [...] na Zona Oeste da cidade” [53].

3.5 – A queda de um projeto: o fim dos parques proletários

Por volta de 1961, Antônio Romão foi mandando para um colégio interno em Santa Cruz, por sua mãe não ter condições de criar todos os filhos. Ele lembra que era muito difícil conseguir uma internação na época e quem interveio para que a mãe dele conseguisse a vaga foi Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador do Estado da Guanabara na época, através de sua tia que tinha sido babá desse político [54]. As práticas de favor e de contraprestação de serviços que caracterizavam a relação entre os excluídos e os donos do poder abriam brechas na rígida lógica de exclusão social e reforçavam a hierarquização da sociedade. Ele ficou 5 anos nesse colégio, tendo direito de ir para casa apenas uma vez no ano. Educado em uma instituição total de socialização, Antônio Romão só volta ao Parque em 1966, já durante a afirmação do processo de remoção.

Mesmo com a decadência dos parques proletários, os dois entrevistados relembram da infância com carinho. Ambos fazem questão de ressaltar que tiveram uma infância de criança, que as coisas eram diferentes e que brincaram de tudo; pião, bola de gude, pipa, futebol. Antônio Duarte ia muito ao Clube do Flamengo, pois seu pai trabalhava ali. “Eu sempre frequentava a piscina e cheguei a jogar no Flamengo, no infante-juvenil. Cheguei a jogar com o Adílio [...] que foi jogador do Flamengo e da Seleção Brasileira” [55]. Antônio Romão diz que durante à tarde a PUC-Rio ficava vazia, pois as aulas eram apenas pela manhã. Soltavam cachorros à tarde para os

moradores do Parque da Gávea não entrar. Ele relembra com tom de graça que havia apenas quatro guardas na PUC-Rio e que um deles, o Senhor Luís, nem braço tinha. Outro guarda, do qual ele não lembrou o nome, mas que era chamado de Bola Sete o derrubou da árvore de jabuticaba uma vez. “Eu era muito levado [...] arrumei uma atiradeira. Sabia que ele descia pra pegar o ônibus aqui embaixo e dei um teco na cabeça dele” [56].

Em 1966, durante as enchentes que causaram uma série de tragédias no Rio de Janeiro, foram removidas do Parque Proletário da Gávea 37 famílias. [57]. Nessa época Antônio Romão ainda estava no colégio interno e não tem lembranças do ocorrido. Diferentemente, Antônio Duarte se lembra da enchente como se fosse algo recente. Ele recorda:

A minha casa encheu de água mais ou menos acima de um metro de altura. Fomos eu e meus irmãos pra uma escola, George Pfisterer, ficamos lá. Meu pai ficou em casa [...] com medo das pessoas roubarem as coisas. Me lembro de fogão boiando, bujão boiando. Eu era pequeno, a água batia mais ou menos no meu pescoço. [...] Aí nós fomos pra essa escola. Na época apareceram as pessoas que tinham a situação financeira boa e cada um deles ia lá para levarem as pessoas para casa deles pra poderem ficar até a situação melhorar. Foram minha mãe e meus dois irmãos pra casa de um empresário. Eu me lembro que fomos eu e sua mãe pra casa de uma senhora [...] o nome dela era Dona Cordeli, morava em Copacabana. Se não me engano ela era atriz de teatro. Ficamos eu e minha irmã lá. Ela tinha um garoto, filho único. Ela era separada do marido e era uma excelente pessoa. A enchente foi no verão, a gente passou o aniversário da sua mãe lá e a Dona Cordeli deu duas bonecas pra ela. [58]

Essas bonecas talvez tenham representado um sonho para minha mãe, por serem algo que ela nunca tivesse tido. Na infância tive muitos pesadelos com essas bonecas, cujos olhos tinham movimento e pareciam sempre fixos em mim. Até eu completar cerca de 17 anos minha mãe ainda as tinha. Ela as ganhou em 1966 e as conservou até 2007, quando abriu mão delas, que eram para ela um tesouro e as deu para minha prima.

O episódio das duas bonecas permite pensar parques proletários como lugares em que, da pobreza e das situações mais críticas, como uma enchente, renasciam os sonhos e as esperanças das crianças, sonhos que, eventualmente se transformavam em pesadelos para outras crianças no futuro, esperanças que no final acabavam esbarrando em infortúnios para muitos moradores. Sintomas muito particulares de um tempo de arbítrio, as remoções finais dos moradores do Parque Proletário da Gávea coincidem com um período de tensão no país por conta da Ditadura Militar.

Antônio Romão se lembra de quando viu o exército invadir a PUC-Rio, mas de acordo com ele isso não refletiu em nada no Parque Proletário da Gávea. O único envolvimento que ele se recorda era de uma senhora que trabalhava na PUC-Rio e que escondia alunos perseguidos na casa dela, no Parque [59]. Da mesma forma que Antônio Romão não relata opressão ou abusos no Parque da Gávea, de acordo com Antônio Duarte não houve qualquer tipo de repressão política dos militares no Parque Proletário do Leblon.

Segundo Ney dos Santos, a primeira remoção efetiva ocorrida no Parque da Gávea se deu através de um processo de escolha por parte de moradores que desejassem se mudar para determinados lugares possíveis [60]. Diferente do que diz Ney, Antônio Romão [61] e Antônio Duarte [62] são seguros ao dizer que durante as remoções um caminhão chegava, as coisas eram colocadas nele e a família partia para os locais designados por uma ordem superior. Essa é uma das poucas divergências claras que este trabalho encontrou entre o conteúdo das entrevistas feitas e a bibliografia consultada, e ela é indicativa de que, na memória dos moradores, a remoção era sempre um ato de arbítrio e uma violência.

Os dois Antônio se recordam bem de quando a Praia do Pinto esteve em chamas. Para Antônio Duarte, o incêndio foi o argumento utilizado pelo Estado para que as remoções ocorressem da forma mais rápida possível. Segundo ele, a remoção da Ilha das Dragas ocorreu primeiro. Seguida pelo Parque Proletário do Leblon, onde, conforme ele, o processo de remoção começou com os caminhões chegando e agarrando as mudanças das pessoas, colocando em cima dos caminhões e trazendo pro fim do mundo. Na época era o fim do mundo aqui na Cidade de Deus. Era muito longe [...] as estradas eram precárias. Viemos todos no caminhão e colocaram a gente aqui no prédio. Nos apartamentos [...]. Lá a gente pagava um negócio simbólico, aqui a gente pagava aluguel. Fizeram um esquema pra cobrar aluguel por vinte anos, mas cobraram mais de vinte anos. [63]

Ele assinala que a última a ser removida, mesmo tendo parte incendiada, foi a favela da Praia do Pinto, talvez pela dificuldade, pois a área era imensa e as casas eram sobrepostas umas às outras.

Antônio Romão recorda que “quando chegou 5 de Junho de 1970, começou a ter aquelas remoções, aí quando chegou aqui chamaram minha mãe [...] e falaram que ela ia pra Penha, aí eu fiquei na PUC, trabalhando. Eu fiquei aqui na Vila. Morei [...] um bocado de tempo aqui [64]”.

Segundo Ney dos Santos, posteriormente a remoção dos moradores aconteceu de forma paulatina e essa foi baseada unicamente na capacidade de renda que poderia determinar a inserção da família no Sistema Financeiro da Habitação [65].

Vale destacar que nenhum morador nunca foi proprietário das casas de fato e que o medo da remoção pairou sobre o Parque pelo menos nos últimos dez anos de sua existência. No fim, tudo o que resta são lembranças desse lugar de memória e de história. Assim como na história das bonecas que minha mãe ganhou quando menina, na qual um possível sonho dela de garota se transformou em meus pesadelos infantis, para alguns moradores do Parque, o que era, no início, uma ideia iluminada, repleta de felicidade, se tornou, com a remoção, um pesadelo, no qual eles, mais uma vez, foram obrigados a ter um novo recomeço, porém, dessa vez mais longe.

3.6 – PUC-Rio e o Parque Proletário da Gávea

Hoje, dando lugar ao estacionamento da PUC-Rio, o Parque é relembrado nas memórias e histórias de alguns ex-moradores do local, ou de funcionários da Universidade que também foram moradores, ou que tiveram algum tipo de atuação no local e nos poucos registros existentes. Antônio Romão relembra que trabalhou somente em dois lugares, na PUC-Rio e em uma padaria na Marquês de São Vicente, que foi como chegou até a Universidade.

Ao entregar pão no Bandeirão o gerente o reconheceu da época em que Antônio morava na Barra da Tijuca. O gerente perguntou se ele não queria trabalhar lá. Na mesma hora Antônio aceitou e disse que no outro dia nem voltou à padaria. “Fiquei aqui trabalhando, tinha 17 anos. Tô aqui até hoje [...] Então meu vínculo com a PUC é muito grande. De coração!” [66]. Para ele a PUC-Rio era um paraíso.

Sendo vizinha do Parque Proletário da Gávea durante décadas e estando fisicamente ao lado, a PUC-Rio necessariamente teve contatos com o Parque. Através de iniciativas e projetos, a Universidade tinha oficinas de qualificação profissional destinada aos jovens, para que esses pudessem então ter um ofício [67]. Durante alguns anos a PUC-Rio desenvolveu um projeto do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), onde hoje é o SPA (Serviço de Psicologia Aplicada), conforme entrevista de Antônio Romão: “eu me lembro que tinha um Mobral, pra pessoas que não sabiam ler nem escrever, era ali no SPA. [...] Aquela casa era vazia, tinha ali uma coisa para os moradores do Parque Proletário da Gávea” [68]. O projeto se propunha a

alfabetizar os moradores adultos e iletrados do Parque, conforme a proposta do órgão. De acordo com a narrativa de Antônio, o local era de uso exclusivo dos moradores do Parque.

Além do Mobral, a PUC-Rio disponibilizou uma creche, que ficava na vila dos diretórios, como relata a professora Vera Candau, do Departamento de Educação em uma conversa por meio de correspondência eletrônica,

[...] sendo aluna do Curso de Pedagogia, no início dos anos 60, organizamos uma espécie de creche para crianças do Parque Proletário. Funcionava em uma das casas da Vila dos Diretórios. Conseguimos uma verba da Reitoria para o lanche das crianças, em geral leite e biscoito. Funcionava pelas tardes, pois pela manhã tínhamos aula. As alunas da Pedagogia se revezavam cada dia [69].

O leite e biscoito oferecido para as crianças poderia representar parte da alimentação que talvez não tivessem em casa. A creche poderia ser para muitas mães a oportunidade de trabalhar fora enquanto seus filhos estavam sob cuidados qualificados. Antônio Romão relata que muitas vezes ia trabalhar com a mãe, por não ter onde ficar, pois na época em que ele se mudou para o Parque a creche já não funcionava mais [70].

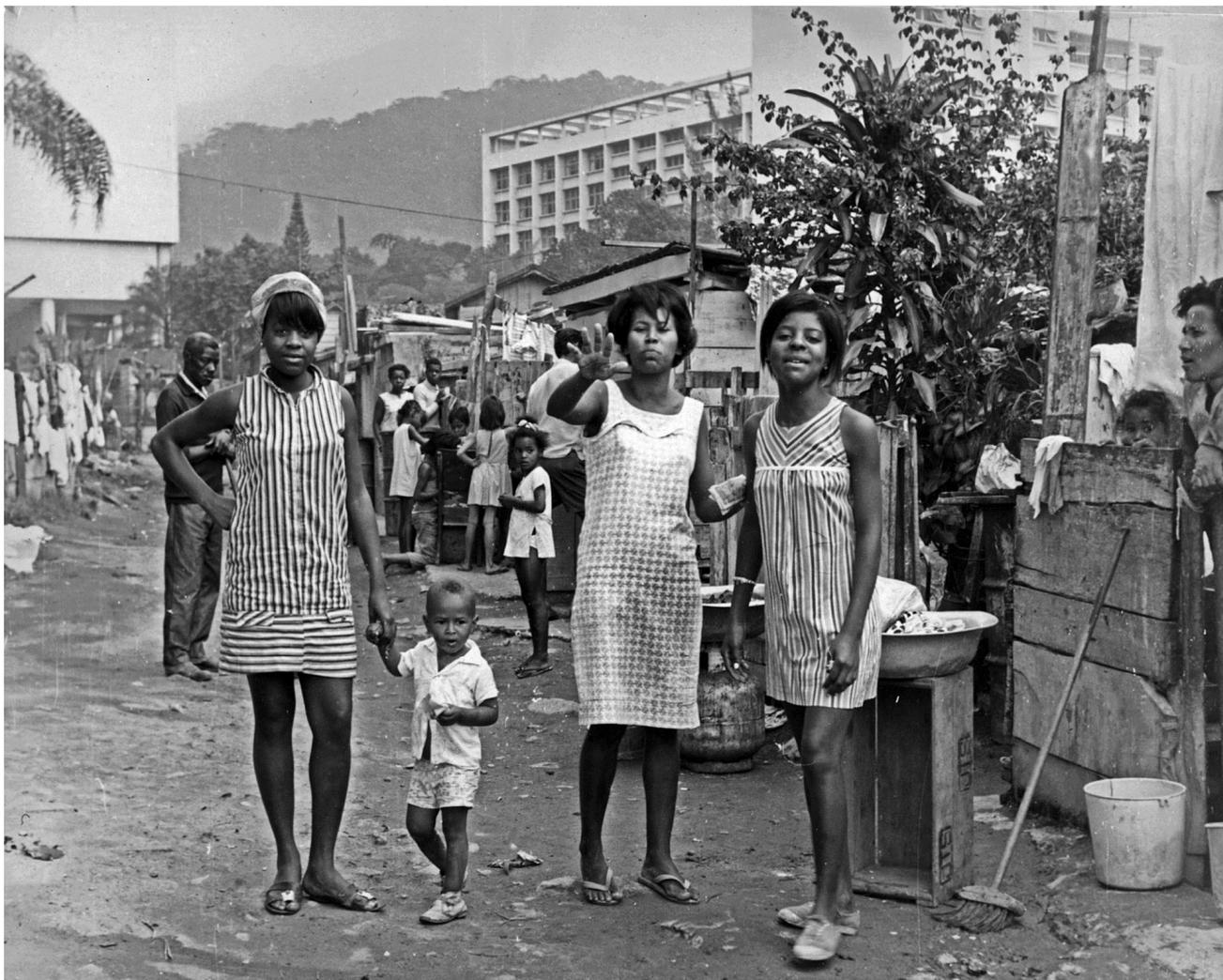
A PUC-Rio se mostrou algumas vezes presente na vida de alguns moradores, fosse através desses projetos, através de emprego para os moradores do Parque, ou através de abrigo para os moradores durante as enchentes.

3.7 – Conclusão

Ao término da construção do conjunto habitacional Marquês de São Vicente, o Minhocão, os moradores do Parque Proletário da Gávea seriam transferidos para os apartamentos construídos, porém isso não ocorreu de fato, ao menos não para a totalidade dos moradores do Parque. O projeto do Parque Proletário que perdeu força com o afastamento de Vargas, em 1945, continuou com a força de vontade dos próprios habitantes do local, já que a Administração Central do Parque não tinha mais poder de coerção sobre os moradores e os investimentos no local já eram escassos.

Infelizmente, a falta de documentação sobre o tema fez com que o trabalho enfrentasse uma lacuna cronológica de aproximadamente uma década, entre 1950 e 1960. Além disso, não foi possível entrevistar nessa etapa da pesquisa outros moradores de parques proletários. Para a próxima fase da pesquisa, mesmo com certa dificuldade, pretendo expandir a minha bibliografia e aumentar a rede de informações sobre o local, seja através de pesquisas na imprensa e na documentação oficial ou na realização de futuras entrevistas com ex-moradores dos parques proletários.

Por ora, não obtive nenhum relato que pudesse esclarecer de fato qual foi a posição da PUC-Rio em relação às remoções do Parque Proletário da Gávea. Mesmo com práticas assistencialistas destinadas aos moradores do Parque, pouco ou nada há que situe a posição da Universidade, de seu corpo docente ou de seu corpo discente com relação às remoções. Nos registros das várias etapas desse processo, a Universidade aparece apenas como pano de fundo nas fotografias das remoções. O silêncio encontrado até agora pela pesquisa pode ser um indício de significados a serem explorados na próxima etapa da pesquisa.



Moradoras do Parque Proletário da Gávea com a PUC-Rio ao fundo. 1968. Fotógrafo Anthony Leeds. Acervo Casa de Oswaldo Cruz.

3.9 - Referências Bibliográficas

- 1 - BOSI, Ecléa. Tempo de lembrar; D. Brites. In: **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia Das Letras, 1979. p. 90.
- 2 - NORA, Pierre. Entre memória e história - A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, nº. 10, São Paulo, PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História, p. 9, dez. 1993.
- 3 - MAZZOLENIS, Sheila. PUC é um mundo distante para gente que mora perto. **Jornal Escola**, Rio de Janeiro, nº4, ano 1, 13 set. 1966.
- 4 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta. Entrevista concedida a Eric Damião Duarte. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 23 mai. 2018.
- 5 - DUARTE, Antônio Carlos. Entrevista concedida a Eric Damião Duarte. Rio de Janeiro, Cidade de Deus, 5 dez. 2017.
- 6 - GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989. p. 13-41.

- 7 - CARVALHO, Monique Batista. **Questão Habitacional e Controle Social:** a experiência dos Parques Proletários e a ideologia “higienista-civilizatória” do Estado Novo. 2003. 51 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia e Política, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003. p. 6.
- 8 - BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos:** um Haussman Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 239.
- 9 - CARVALHO, Monique Batista, op. cit.
- 10 - CORREIO DA MANHÃ. Os dramas da Favella. Mais um caso sanguinolento teve por cenário o morro da Favella, morrendo um homem e ficando um outro gravemente ferido. Rio de Janeiro, 05 jul. 1909. p. 2.
- 11 - CARVALHO, Monique Batista, op. cit., p. 7.
- 12 - PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS. **Código de Obras de 1937** apud Ibid.
- 13 - Ibid.
- 14 - PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara** - A Reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia, 2007. p. 247.
- 15 - OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea** - Uma Experiência de Habitação Popular. 1981. 120 f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós - Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981, p. 44.
- 16 - Ibid., p. 46.
- 17 - NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz. **O Programa Criança Petrobras na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil.** 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007, p. 8.
- 18 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 19 - NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz, op. cit., p. 28 - 29.
- 20 - CARVALHO, Monique Batista, op. cit., p. 41.
- 21 - DIÁRIO DA NOITE. As favelas vão mesmo abaixo. Rio de Janeiro, 11 mar. 1942. p. 3.
- 22 - Ibid.
- 23 - PEREZ, Maurício Dominguez, op. cit., p. 246.
- 24 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 49.
- 25 - Ibid.
- 26 - Ibid.
- 27 - PARISSE, Luciano. Favelas do Rio de Janeiro: evolução e sentido. **Caderno do CENPHA**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 73, 1969.
- 28 - A NOITE. No parque proletário da Gávea – A missa em ação de graças pelo restabelecimento do presidente da República. Rio de Janeiro, 28 jul. 1942. p. 2.
- 29 - CARVALHO, Monique Batista, op. cit., p. 51.
- 30 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 48.
- 31 - LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano.** Rio de Janeiro. Fio Cruz: 2015. p. 252.
- 32 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 33 - Ibid.
- 34 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 54.
- 35 - Ibid., p. 51.

- 36 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 37 - NUNES, Inês Leonor. **Favelas** - outra história da construção do espaço urbano carioca. 2008. 140 f. Monografia (Graduação em Arquitetura), Universidade de Coimbra, Portugal, 2008. p. 38.
- 38 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 50.
- 39 - Ibid., p. 51.
- 40 - Ibid.
- 41 - Ibid.
- 42 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 43 - DUARTE, Antônio Carlos, op. cit.
- 44 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 52.
- 45 - Ibid.
- 46 - Ibid.
- 47 - Ibid., p. 53.
- 48 - Ibid.
- 49 - Ibid., p. 54.
- 50 - Ibid., p. 55 - 56.
- 51 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 52 - DUARTE, Antônio Carlos, op. cit.
- 53 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 56.
- 54 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 55 - DUARTE, Antônio Carlos, op. cit.
- 56 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 57 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit.
- 58 - DUARTE, Antônio Carlos, op. cit.
- 59 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 60 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit., p. 57.
- 61 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 62 - DUARTE, Antônio Carlos, op. cit.
- 63 - Ibid.
- 64 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 65 - OLIVEIRA, Ney dos Santos, op. cit.
- 66 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.
- 67 - Ibid.
- 68 - Ibid.
- 69 - CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <eric.duarte@live.com> em 10 abr. 2018.
- 70 - ROMÃO, Antônio Carlos Anchieta, op. cit.